

Eu Tenho Direito

ESPÉCIES DE IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS (parte 2)

IMUNIDADE RECÍPROCA

✓ Previsão Legal no artigo 150, VI, "a" da CF

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios NÃO podem instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços, uns dos outros.

✚ CONCEITO

- É cláusula pétrea
- Objetiva a proteção do pacto federativo

O texto constitucional refere-se apenas a IMPOSTOS

A Imunidade Recíproca NÃO impede a incidência de taxas, contribuições especiais e demais espécies tributárias entre os entes federados.

✖ EXCEÇÃO

Não haverá imunidade quando houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

Se fosse possível, a iniciativa privada estaria comprometida.

IMUNIDADES DOS PARTIDOS POLÍTICOS, ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES E DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Previsão Constitucional - art. 150, VI, "c" - CF

Partido Político

É uma entidade que representa as ideias de um povo e, para que haja legitimidade na representação, precisamos do pluripartidarismo.

Entidades sindicais dos trabalhadores

Devem proteger as relações dos trabalhadores com suas respectivas categorias econômicas.

OBS.: Não existe imunidade ampla para sindicatos do trabalhadores.

CONCEITO

Se destinam à efetivar direitos sociais.

Entidades sem fins lucrativos de educação e assistência social

Caso a entidade tenha algum tipo de lucro e reverta todo o ganho para alguma das finalidades essenciais do estado, ela tem direito a Imunidade.

Não é correto dizer que entidades que têm lucros não têm imunidade.

Ela pode ter lucro e reverter para sua atividade e ter imunidade.

O que ela não pode em hipótese alguma é ter fim lucrativo.

IMUNIDADE RELIGIOSA

Previsão Constitucional - art. 150, VI, "b" - CF

Tem por finalidade proteger a liberdade religiosa.

✚ CONCEITO

Não pode haver impostos sobre missas, batizados ou qualquer outro ato religioso. Nem sobre qualquer bem que esteja a serviço do culto.

Templo não significa apenas a edificação, mas tudo quanto seja ligado ao exercício da atividade religiosa.

IMUNIDADE DOS LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E DO PAPEL DESTINADO À SUA IMPRESSÃO

Previsão Legal no artigo 150, VI, "d" - CF

CONCEITO

Tem o objetivo de evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação.

LIVRO

É qualquer veículo de papel que carrega uma mensagem capaz de agregar valor na formação do intelecto humano.

OBS.: A renda da editora é tributada, já que não guarda qualquer relação com a proteção visada pela imunidade em questão.

Não se leva em conta o conteúdo do livro para fins de imunidade.

Se aplicando, inclusive, a indústria pornográfica.

PERIÓDICOS

É tudo aquilo que circula mais de uma vez. A concessão da imunidade independe do valor cultural da publicação.

Apostilas acadêmicas;

Livros ilustrados de complementação cromada (álbums de figurinha).

O STF ampliou a imunidade dos livros e periódicos para abranger também:

PAPEL

É insumo. Em regra, não se imuniza insumo.

Entretanto o STF quebra a regra quando o insumo for muito caro, é o caso do polímero e dos filmes e papéis fotográficos.

OBS.: livros, jornais e periódicos virtuais atualmente não são imunes, segundo o STF.